

Peçonha no Novo Mundo: Ofídios, Aracnídeos e Vespídeos na América Portuguesa do Século XVI

Wellington Bernardelli Silva Filho¹

Resumo: Contrariando a visão construída pela historiografia tradicional, que contempla tão somente a extração de gêneros nativos e a exploração da monocultura açucareira, o período compreendido pelo primeiro século da chegada dos europeus à América Portuguesa foi caracterizado por um alto grau de observação, catalogação, descrição e classificação da fauna e flora local pelos colonizadores. Visto, por vezes, como ações secundárias na ocupação do território, os textos deixados pelos primeiros viajantes, cronistas e jesuítas que aportaram na Terra de Santa Cruz contradizem essa visão, comprovando a preocupação constante em identificar e conhecer as particularidades desse novo território, possuidora de uma biota tropical que em muito difere da européia.

A detenção do conhecimento da natureza americana se dava pelo grande número de répteis, aracnídeos e insetos que habitavam as matas, picadas e até as casas desses homens, contrariando a pretensiosa visão paradisíaca da Colônia, por muitos anos, defendida pela historiografia tradicional. Possuidores de peçonha que, não raras vezes, levavam-nos a morte, a identificação de tais espécies, bem como a conhecimento de quais boticas e mezinhas os colonizadores poderiam usar no caso de serem atacados, mostrava-se um fator de suma importância para a manutenção dos europeus no Novo Mundo.

Para compreender os perigos e adversidades aos quais os colonizadores estavam sensíveis na América Portuguesa, foram analisadas os textos e cartas deixados pelos colonizadores e jesuítas que estiveram no Novo Mundo durante o século XVI, a rigor: o jesuíta português José de Anchieta, em *“Cartas: Informações, Fragmentos Históricos e Sermões”*; o também jesuíta Fernão Cardim, autor de *“Tratados da Terra e Gente do Brasil”*; o cronista Pero de Magalhães Gandavo, tomando por base texto *“História da Província de Santa Cruz”*; o senhor de engenho Gabriel Soares de Souza, em *“Tratado Descritivo do Brasil em 1587”* e o texto *“Coisas Notáveis do Brasil”*, de autoria desconhecida.

Como resultado, observou-se que a manutenção do colonizador europeu na América Portuguesa se fez muito graças a assimilação do conhecimento a respeito da fauna e flora nativa, em especial, as peculiaridades dos ofídios, aracnídeos e vespídeos, espécies peçonhentas que representaram entraves significativos para o processo de colonização do Novo Mundo, mas que, caso não identificadas, constituir-se-iam como obstáculos intransponíveis a fixação do europeu no Novo Mundo.

Palavras-chave: Insetologia; Veneno; Colonização; América Portuguesa quinhentista

Associado a conquista do paraíso perdido, a América Portuguesa no primeiro século de seu descobrimento foi, muitas vezes, descrita como uma terra esplendorosa, em que sua fauna e flora numerosa ofereciam aos exploradores europeus uma sobrevivência confortável, com gêneros alimentícios nativos encontrados em grande número e variedade. Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra “Visão do Paraíso”, deixa claro essa idéia edênica correspondente ao entendimento geral da historiografia tradicional sobre a colonização da América (1985, p. 146.).

Outra idéia recorrente à historiografia tradicional, apresentada por Caio Prado Junior em “A Formação do Brasil Contemporâneo”, é a predominância de um único tipo de exploração da Colônia, seja pela extração do precioso pau-brasil, ou pelo cultivo da monocultura da cana-de-açúcar, em que o colonizador privilegiou apenas os gêneros que tem valor comercial significativo quando levados à Europa. Mesmo quando levamos em consideração a existência de outras atividades mercantis na Colônia, estas, segundo Prado, são atividades secundárias, subordinadas a grande economia colonial acima apresentada (1979, p. 124).

Por discordar da abordagem que entende o primeiro século de colonização da América Portuguesa como uma prática facilitada pela prodigalidade natural dos trópicos, bem como da visão que relega importância aos feitos do colonizador apenas no tocante a economia extrativista e da monocultura açucareira, o presente artigo pretende discutir uma questão que tanto precede quanto coexiste às dinâmicas de extrativismo e monocultura que a historiografia clássica identifica na economia colonial. Para além da identificação de um pretenso senso aventureiro caracterizado nas viagens ultramarinas ou empreendedorismo evidenciado na extração do nativo pau-brasil e plantio da exótica cana-de-açúcar, havia características no cotidiano do colonizador quinhentista que, poucas vezes, foram observadas pela historiografia. Tanto o pau-brasil quanto a cana-de-açúcar possuíam, à época, um considerável valor mercantil na Europa que, obviamente, eram os principais motivadores da travessia do Atlântico no século XVI. Entretanto, nenhum destes dois produtos possuía qualquer importância quando a questão envolvia a sobrevivência no Novo Mundo.

A manutenção da colonização passava, de forma imperiosa e indiscutível, pela própria manutenção dos colonizadores, bem como o acesso desses homens a gêneros alimentícios, mezinhas e boticas que garantissem a sobrevivência dos mesmos em um local que, contrariando aquela visão quase idílica construída pela historiografia tradicional, dificilmente lembrava um paraíso. Era antes um ambiente consideravelmente adverso e premente de um conhecimento que atendessem a demandas tão singulares quanto a Mata Atlântica do litoral da América Portuguesa poderia ser.

A floresta tropical que esses europeus tinham à frente era inóspita, úmida e rica em uma diversidade entomológica que, não raras vezes, castigava e transmitia doenças às quais tais colonizadores não estavam imunes, além de não conhecerem os tratamentos específicos que tais patologias, por vezes, exigiam. A Mata Atlântica que circundava esses homens, definitivamente, não era um local seguro. O explorador, fosse ele um jesuíta, senhor de engenhos ou comerciante de pau-brasil, não habitava literalmente as florestas tropicais da América Portuguesa. Se o fazia era em momentos de desespero e, mesmo nestes casos, não deixava de antropizar, mesmo que minimamente, o ambiente ao seu redor abrindo uma clareira para protegê-lo dos perigos manifestos em uma picada de cobra ou visita de um grande felino (DEAN, 1996, p. 30).

A hostilidade desse ambiente dava-se pelo desconhecimento dos colonizadores europeus com relação a essa nova terra e suas particularidades. A fauna e flora a que estavam diante poderia até suceder, ao primeiro momento, a impressão do paraíso relatado por

Holanda (1985). No entanto, os impasses, perigos e adversidades que o meio proporcionava a eles nada tinham de paradisíacos. O cronista português Pero de Magalhães Gandavo, em seu livro “História da Província de Santa Cruz” relata que “*ha nestas partes muitos bichos mui feros e peçonhentos, principalmente cobras de muitas castas e de nomes diversos[...]*” (1963, p. 92)” advertindo ao leitor que, ao contrário do que poderia se esperar de um território paradisíaco, existia uma grande quantidade de animais peçonhentos encontrados na América Portuguesa, em especial cobras de várias espécies.

Além do pretensioso - e discutido a exaustão - fato de que se fora ou não intencional a descoberta da América Portuguesa, parto do princípio de ser mais digno de reflexão o fato de que o *achamento* da Terra de Santa Cruz não expandiu somente os limites geográficos conhecidos pelo homem europeu, mas também as fronteiras do conhecimento construído até então. A natureza que se erguia à frente dos colonizadores portugueses do século XVI, muitas vezes, se mostrava hostil a esses homens, representando um importante fator complicador à exploração do território recém descoberto. Esse impasse dava-se pelo desconhecimento que os europeus tinham acerca da biota a qual estavam defronte: a Mata Atlântica, zona biogeográfica mais rica que qualquer outra floresta tropical do planeta e possuidora de grande número de espécies endêmicas em seu meio (DEAN, 1996, p. 25).

Por mais que não exista uma história puramente cultural, foquemos a Colonização da América Portuguesa menos em seus aspectos sociais - ou o que historiografia tradicional nomeia como História Social - e mais em seus aspectos culturais. Existe a dificuldade em estabelecer um limite que separa a história cultural de outras abordagens históricas, visto que toda a História, seja ela social, econômica ou política, é cultural por conter em seu meio significações culturais (CHARTIER, 2007, p. 49), assim, se faz impossível retratar as Navegações, o Descobrimento da América e sua Colonização, sem abordar as configurações culturais inerentes a esses atos. Entretanto, ao referir-se às mudanças ocorridas na Europa devido a tais eventos, pouco se contempla a respeito das novas práticas culturais postas em uso na América Portuguesa quinhentista, como a observação e classificação do mundo natural, que marcadamente influenciaram as mudanças ocorridas posteriormente na Europa.

A descoberta destas terras ao sul do equador, com uma população humana considerável e que abrigava uma fauna e flora extremamente ricas – e muito mais numerosa que as existentes na Europa – representou uma ruptura epistemológica, visto que as teorias antigas e até então aceitas como modelos universais e inquestionáveis, não explicavam a origem nem a dispersão dos seres vivos existentes na América portuguesa. Claro que tal preocupação era maior entre os clérigos, porém nem só no âmbito religioso a descoberta do Novo Mundo fomentou formulações de novas teorias. A existência de tão rica fauna e flora desafiava os estudiosos da filosofia natural em estudar essas novas espécies encontradas na América, seja encaixando as até então existentes ou mesmo formulando novos métodos classificatórios (MARQUES, 1999, p. 37). Ordenar a fauna e a flora, portanto, significava ter maiores chances de sobreviver no Novo Mundo

Proveniente da tradição romana, o conceito de cultura remete ao relacionamento do homem para com a natureza, mais especificamente na transformação da natureza conforme as necessidades humanas (ARENDT, 2009, p. 265). Nessa perspectiva que se insere os processos de classificação do mundo natural na América portuguesa quinhentista, encontrados nos livros e relatos de seus colonizadores. Prática teoricamente pouco proveitosa no que se refere à manutenção imediata do colonizador inserido no território americano, a ordenação do mundo natural pelo homem europeu é uma das principais preocupações encontradas em seus registros, em especial nos últimos decênios do século XVI. Seja através da observação empírica ou da apropriação do conhecimento indígena, essas obras formam o corpo cultural

europeu das técnicas que permitiram a sua sobrevivência na biota sul americana, os usos práticos da fauna e flora, seus valores medicinais, alimentícios e os perigos existentes no consumo ou ataque daqueles que possuem veneno.

Diante desse universo totalmente novo, as plantas com propriedades curativas foram destaque nas crônicas, tratados e descrições dos primeiros colonizadores. O jesuíta português Fernão Cardim em seu livro “Tratados da Terra e da Gente do Brasil” destina um capítulo exclusivo às *ervas que servem para mezinhas*, citando-as de acordo com seu potencial medicinal e a forma de prepará-las, como a erva *cayapiá*, em que sua raiz “*moida, deitada em agua e bebida mata a peçonha da cobra*” (CARDIM, 1980, p. 43). Ao relegar grande importância às plantas e ervas utilizadas em mezinhas e boticas, os colonizadores deixavam implícito os perigos existentes na América Portuguesa quinhentista, visto a necessidade de se conhecer as possibilidades de cura frente a uma enfermidade ou ataque de animal peçonhento. Ao abordar a *cayapiá*, Cardim ressalta que ela “*he unico remedio para peçonha de toda sorte, maximé de cobras, e assi se chama erva de cobra*” (Idem, Ibidem, p. 43). Identificar a erva que possibilita o tratamento de qualquer peçonha, em especial das cobras, era uma informação de suma importância para a manutenção do europeu na Colônia.

Ao analisar os relatos dos viajantes, cronistas e colonizadores que aportaram na América portuguesa quinhentista, fica claro a preocupação e temor que tinham com relação aos animais peçonhentos, em especial as cobras. O temor de serem picados e padecerem devido ao seu veneno, ou mesmo assombrados pelo tamanho das maiores espécies, transformaram estes répteis em um dos animais mais temidos do Novo Mundo. A elas atribuíam faculdades mágicas, como a reconstrução de seus corpos, aparentando assim dominar uma espécie de imortalidade, como é o caso da *sucurijuba*, ou ainda chamada por outras de *sucuryúba*. Após se alimentarem de uma presa de dimensões maiores que o normal, como um veado de grande porte, rompem seu próprio ventre, conservando apenas sua cauda e cabeça imaculadas. Nessa condição, aos poucos, vão se reconstituindo novamente, “*pouco e pouco iaõ criando outra carne noutra e saião dali viuas*” (ANÔNIMO, 1966, p. 21) “*isto virão e exprementarão muitos indios e moradores da terra, a estas chamão pela lingua dos indios giboioissú*” (GANDAVO, 1963, p. 207). A crença mítica da existência de animais desconhecidos com poderes mágicos, em especial no Novo Mundo, por parte do homem europeu não tem como único exemplo a *sucurijuba*, entretanto, salta aos olhos a surpresa e admiração frente às propriedades que eles julgavam ter esse réptil.

O relato acima pode ser encarado com surpresa aos olhos contemporâneos, fazendo-nos acreditar que não passava de uma lenda quinhentista, uma crendice popular não compartilhada pelos homens de letras da Modernidade. Entretanto, até mesmo o proeminente jesuíta José de Anchieta, em uma de suas cartas, descreve o ocorrido, em que *aves de rapina* se alimentam da carne da cobra em putrefação, onde posteriormente “*a cobra, disforme, meio devorada, começa a reformar-se, crescem-lhe as carnes, estende-se-lhe por cima a pele, e volta á antiga fôrma*” (ANCHIETA, 1988, p. 122). Esses colonizadores não tomavam a propriedade de regeneração da *sucurijuba* como uma suposição levantada pelos índios, mas sim como uma verdade de um mundo desconhecido, que se mostrava mais cada vez mais surpreendente aos olhos europeus.

Outra espécie de ofídio que causava grande medo nos colonizadores era a cascavel, também chamada por eles de boicininga ou boitenigua, que “*por onde quer que vão sempre andão rugindo e os que as ouvem têm cuidado de se guardarem dellas*” (GANDAVO, 1963, p. 44). O guizo em sua cauda, por si só, era motivo de espanto e temor por aqueles que se deparavam com ela em alguma picada na floresta, avisando a eminência de seu ataque. Porém, segundo Gabriel Soares de Souza, os índios afirmam “*que as cobras desta casta não*

mordem com a boca mas com aquele aguilhão farpado que têm neste cascavel, o qual também retine fora da cobra” (SOUZA, 1971, p. 261 – 262). Para escapar com vida de seu ataque o “*remedio q’ te he cortare logo o mebro mordido pera escapar se não te ahi logo cõtrapeçonha*” (ANÔNIMO, 1966, p. 125), por esse motivo, considerada uma das mais temidas cobras do Novo Mundo.

Mesmo frente à poderosa peçonha da cascavel, a jararaca era tida como detentora de um dos venenos mais mortais. “*Da Jareraca coatigua poucos escapaõ*”, relata um colonizador (Idem, Ibidem, p. 123), e sua abundância na América portuguesa é atestada por Anchieta em um relato digno de fazer tremer o mais experiente expolarador europeu: “*destas ha tantas que estão pelas casas e caem dos telhados sôbre as camas, e quando os homens despertam se acham com elas enroscadas no pescoço e nas pernas e quando se vão a calçar pela manhã as acham nas botas*” (ANCHIETA, 1988, p. 439). É do jesuíta também o relato de um curioso fato referente ao ataque da jararaca, em que destaca o poder de seu veneno que leva a morte em um espaço de 24 horas, no entanto, caso administrado um remédio contra a peçonha, eventualmente a pessoa pode se salvar, “*isto acontece com certeza entre os Índios: se forem mordidos uma só vez e escapam á morte, mordidos daí por diante, não só não correm risco de vida, como sentem até menos dor, o que tivemos mais de uma ocasião de observar*” (Idem, Ibidem, p. 123), tornando-se assim, resistente ao veneno por ela inoculado em um eventual ataque.

Enquanto o guizo das cascavéis era por onde se acreditava ser a origem do veneno desta cobra, da jararaca, já observava ser por meio de suas presas que a cobra inoculava o veneno. Gabriel Soares de Souza narra surpreendente acontecimento a respeito do tema:

Têm estas cobras nos dentes presas, as quais mordem de ilhargas; e aconteceu na capitania dos Ilhéus morder uma destas cobras um homem por cima da bota, e não sentir coisa que lhe doesse, e zombou da cobra, mas ele morreu ao outro dia; e vendendo-se o seu fato em leilão comprou outro homem as botas e morreu em vinte quatro horas com lhe incharem as pernas; pelo que se buscaram as botas, e acharam nelas a ponta do dente, como de uma agulha, que estava metida na bota; no que se viu claro que estas jararacas têm a peçonha nos dentes. (1971, p. 260)

Este é, provavelmente, o primeiro relato moderno que descreve a anatomia do sistema de inoculação do veneno de cobra, descrito não por um filósofo natural de formação acadêmica regular, mas antes, por um senhor de engenho quinhentista, orientado unicamente pelo seu espírito investigativo e a necessidade de compreender o mundo natural ao qual estava inserido.

Acima ainda da jararaca, a cobra coral é retratada como a com o veneno mais mortífero, “*estas são as mais venenosas de todas*” (1988, p. 124) afirma Anchieta, assim como Souza “*são as suas mordeduras mais peçonhentas que as da jereraca, e de maravilha escapa pessoa mordida delas*” (1971, p.261), colocando a peçonha da cobra coral pior que a da jararaca. Cobra coral foi o nome dado a ela pelos portugueses, devido as listras negras, vermelhas e brancas que cobrem o seu corpo; os indígenas a chamam de ibiboca, também relatada, por vezes, como ububuca, que no língua indígena significa “*‘terra cavada’, porque elas no rojarem fendem a terra á maneira de toupeiras*” (ANCHIETA, 1988, p. 124). É descrita também como “*mais raras*” (ANÔNIMO, 1966, p. 127; ANCHIETA, 1988, p. 124), devido sua localização ser entre fendas e buracos na terra.

Os efeitos resultantes da inoculação do veneno das cobras são diversos, Anchieta narra que o ataque da bóiroçanga, também conhecida entre os colonizadores como *cobra fria*, “*porque a sua mordedura comunica ao corpo um grande frio*” (Ibidem, p. 124). De acordo com a teoria humoral defendida pela medicina hipocrático-galênica, em voga na Europa do século XVI, o corpo é humano era constituído por sangue, pituíta, bile amarela e bile negra,

sendo que a saúde é resultante do equilíbrio desses quatro humores, assim como as doenças fruto de seu desequilíbrio. O frio ou calor eram vistos como consequências originárias do desequilíbrio humoral, havendo a necessidade de se combater com boticas e triagas essas sesações (EDLER, 2006, p. 34).

Podemos perceber a mesma concepção humoral na descrição de uma espécie de aranha não especificada por Anchieta, afirmando que “*são frias por natureza, não saem das casas, senão quando o sol está muito ardente; por essa razão os que bebem delas, pois as mulheres brasilicas muitas vezes soem preparar bebidas envenenadas, são acometidos de um excessivo frio e tremor*” (1988, p. 126). Sua natureza, descrita como fria, é refletida em seus hábitos, de somente saírem das tocas quando está calor, bem como no efeito causado por seu envenenamento, que provoca grande frio. “*Para isso o vinho é excelente remédio*” (Ibidem, p. 126) recomenda o jesuíta, visto que as boticas e mezinhas eram ministradas de acordo com sua afinidade ou repulsão à enfermidade. Para as doenças que acometiam frio, a utilização do vinho, considerado de natureza quente, era o mais aconselhado.

Não eram poucas as espécies de aranhas que habitavam as florestas, ocos das árvores, vão das tabuas das casas e que, furtivamente, se escondiam dentro das botas dos colonizadores. “[...] *são horríveis ver-se, de maneira que só a sua vista parece trazer deante de si veneno*” (Idem, Ibidem, p. 125) destaca Anchieta acerca da repulsa de seu aspecto, além de muitas terem grandes dimensões, como é o caso da *nhanduçu*, que em tupi significa aranha grande, a qual conhecemos hoje como caranguejeira e que Gabriel Soares de Souza explica a razão de tal nome:

[...] são tamanhas como grandes caranguejos, e muito cabeludas e peçonhentas; remetem à gente de salto, e têm os dentes tamanhos como ratos, cujas mordeduras são mui perigosas; e criam-se em paus podres, no côncavo deles, e no povoado em paredes velhas. (1971, p. 268)

Lagartas e lacraias também eram dignas da ressalva dos colonizadores, dando conhecimento aos seus que aqui viessem posteriormente para se afastarem destes insetos e artrópodes que, apesar sua peçonha não levar a morte, causavam grade dor àquele que atacavam. O cronista e senhor de engenho Gabriel Soares avisa sobre o perigo das lacraias: “*são tamanhos como camarões, e têm duas bocas compridas; e, se mordem uma pessoa, está atormentada com ardor vinte e quatro horas mas não periga* (Idem, Ibidem, p. 268). Ancheita também deixa seu testemunho acerca da grande quantidade de espécies de lagartas, de diversas cores, reconhecendo-as como semelhantes as centopéias, mas com pelos e “*se alguns deles tocarem no corpo de alguém, causam uma grande dôr que dura muitas horas*” (ANCHIETA, 1988, p. 126). Não era de grande conforto saber que caso atacado por uma lacraia ou lagarta, mesmo não correndo risco de morte, isso os levaria a se retorcer em dor durante um espaço de tempo considerável.

Se a peçonha dos animais e insetos terrestres representavam aos europeus perigo, seja por levarem à morte ou infringirem grande dor, dos céus um enxame de vespas e mosquitos contribuíam para tornar o ofício da colonização ainda mais árduo e penoso. O mosquito conhecido como *marigui* é relatado como tão pequeno “*que mal os podes perceber com a vista*” e o ardor de sua picada se assemelha ao do fogo e “[...] *se te coças com as unhas, maior dôr sentes; renova-se e aumenta por dois ou três dias o ardor que deixaram no corpo*” (Idem, Ibidem, p. 133). Além de se encontrarem nos matos e florestas, elas também fazem sua morada junto a casa, como é o caso da vespa *amisagoa*, que faz seu ninho de barro “*tamanhos como uma castanha*” nas paredes das casas, “*e elas mordem a quem lhes vai bulir nele*” (SOUZA, 1971, p. 241). Dessa forma, o perigo mora não só nos matos e florestas, mas também junto da casa dos colonizadores, como se para lembrá-los sempre de sua fragilidade frente ao Novo Mundo.

Novamente a terra, um grande exército de pequenos soldados são responsáveis por grandes danos, visto pelos colonizadores como um dos grandes da Colônia, “*são destruição desta terra, porque não ha viver com elas. Minam as casas, as igrejas, as camaras pelas paredes até o telhado*” (ANCHIETA, 1988, p. 440). A destruição de casas e outras edificações não são os únicos prejuízos provocados pelas formigas, em que a espécie conhecida como *guajuguaju*, segundo Gabriel Soares de Souza:

[...] são tantas estas formigas, quando passam, que não há fogo que baste para as queimar [...]; porque elas, em chegando, cobrem uma pessoa toda, e se acham cachorros e gatos dormindo, dão neles de feição, e em outros animais, que os fazem voar[...] (1971, p. 270)

Mesmo em seu tamanho diminuto, a multidão de formigas causava extremo dano aos colonizadores, invadindo as casas e atacando as pessoas e os animais domésticos. Entretanto, o gênero *iça*, quando “*saem de suas cavernas ajuntam-se as aves, ajuntam-se os Indios, que ansiosamente esperam êste tempo, tanto homens quanto mulheres*” (ANCHIETA, 1988, p. 132), recolhendo-as em potes e cabaças para comê-las, “*assam-nas em vasilhas de barro e comem-nas; assim torradas, conservam-se por muitos dias, sem se corromperem*” (Idem, Ibidem, p. 132). Os meses de setembro e outubro, quando a *iça* bandos alados sai do formiguei, eram esperados não só pelos índios, mas também pelos colonizadores, que se apropriaram do costume de comê-las assadas, costume esse que se perdura nos dias de hoje em várias regiões do país (HOLANDA, 1994, p. 57), como no Vale do Paraíba.

Outro pequeno inimigo dos europeus que causava dano maior que seu tamanho diminuto é o carrapato, “*encontrado nos matos e debaixo das árvores, [...] e quem anda por baixo destas árvores leva logo seu quinhão; dos quais nasce grande comichão* [...]” (Idem, Ibidem, p. 273). O mesmo pode-se dizer do bicho-de-pé, conhecido por eles como *tunga*, que requer grande cuidado e atenção aos pés, pois em razão de se fazer entrar de maneira quase imperceptível entre as unhas, faz grande mal após se instalar, sendo que “[...]no princípio da povoação do Brasil vieram alguns homens a perder os pés, e outros a encherem-se de boubas [...]” (Idem, Ibidem, p. 274). Dessa forma, em seu relato, Gabriel Soares de Souza aconselha aqueles que desejam vir as terras recém descobertas a necessidade de estarem sempre atentos a sepe, higiene e cuidado pessoal, pois o perigo não vem apenas dos grandes animais, mas também dos quase imperceptíveis, como esses pequenos ectoparasitas.

Portanto, a análise do primeiro século da Colonização, os feitos europeus para tornar concebível a permanência e exploração do Novo Mundo - em especial por parte dos portugueses - são mais complexos que a explicação simplista da busca pelo pau-brasil e, posteriormente, o cultivo da monocultura açucareira. Ela passa, indubitavelmente, pela assimilação de práticas culturais ligadas ao novo ambiente em que esse europeu estava se inserindo, através da observação, descrição e classificação da fauna local, tomando conhecimento de suas características, peçonha e possibilidade de cura, caso vítimas de um ataque. Sem o domínio dos usos práticos dos recursos naturais, o conhecimento do potencial medicinal das plantas e o os perigo que certos animais e insetos representavam para o homem, a Colonização da América Portuguesa não seria possível.

Referências Bibliográficas

ANCHIETA, José de. *Cartas: Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1988.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Itatiaia; 1980.

CHARTIER, Roger. *La historia o la lectura del tiempo*. Madrid: Gedisa, 2000.

Coisas Notáveis do Brasil. vol. I, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro-Ministério da Educação e Cultura, 1966.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Ed. Obelisco, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARQUES, V. R. B. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Unicamp, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. *A formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Edusp, 1971.

¹ Aluno do programa de mestrado da Universidade Estadual de Maringá e integrante do Laboratório de História, Ciência e Ambiente (LHC).